

Segundo a LUPP

A Situação da pobreza em Angola ainda é preocupante

O gestor de programa da LUPP, uma ONG vocacionada para a Luta Contra a Pobreza Urbana, Willy Piassa, disse que um dos grandes problemas que o nosso país tem é a falta de oferta de bens e serviços à população. De acordo com ele, às vezes dá-se a entender que a mão reguladora (Estado) não tem sido, suficientemente, dura para garantir que, de facto, o poder aquisitivo das famílias se faça sentir com aquilo que ganham. O filantropo adiantou, por outro lado, que apesar da ainda acentuada pobreza, num país onde o salário mínimo nacional são 100 dólares, comparativamente com muitos países nossos vizinhos e mesmo alguns da Ásia, o angolano acaba por ter mais dinheiro no bolso. Contudo, acrescentou, não é só com o salário que se deve garantir a distribuição da riqueza.

Lutock Matokisa

A Capital – Qual seria o parâmetro, para que se defina um grupo de indivíduos ou um indivíduo como pobre?

Willy Piassa (WP) — Bem. O conceito de pobreza é um pouco discutível. Não é fixo. Na nossa perspectiva, partimos do entendimento das várias formas de manifestação da pobreza, olhando para os indicadores. Por exemplo, até há pouco tempo, eram considerados indivíduos em situação extrema de pobreza, todos aqueles que viviam com menos de um dólar por dia. Mas, alguns estudosos acharam melhor considerar pobre, aquele que vivia com 1,25 dólar por dia. Com a flutuação da moeda, a desvalorização do dinheiro, bem como a alta de preços no mercado internacional, achou-se que, estão em situação de pobreza extrema todos aqueles que vivem com menos de dois dólares diários. Mesmo assim, eu ainda acho, se tivermos como parâmetro a nossa realidade angolana, onde temos indivíduos e famílias a viverem com

mais ou menos cinco dólares por dia, e mesmo assim continuam em situação de pobreza extrema, que há variações nas classificações. Estamos a falar, por exemplo, do custo de vida, do preço da cesta básica,

A Capital – Está aí o dia mundial da erradicação da pobreza, que se assinala, a cada ano, aos 17 de Outubro. Como a LUPP quantifica, em termos estatísticos, a pobreza em Angola?

WP – Há boas oportunidades, com uma luz no fundo do túnel. Por um lado, queremos enal-

tecer os planos em carteira e o que está a ser feito, tanto pelo Governo quanto pelos parceiros. Mas, a situação ainda é difícil, a julgar pelo número elevado de crianças fora do sistema de ensino. No caso concreto de Luanda, por exemplo, ainda continuamos a ter cerca de 60% de pessoas

sem acesso à água potável corrente. Portanto, vivem à base do abastecimento feito por cisternas. Continuamos a ter um alto índice de famílias que vivem à base do sector informal. E a existência deste sector em larga escala, também é um factor de pobreza. Não diríamos que se deve aniquilar o sector informal, mas quando generalizado, é um indicador de pobreza.

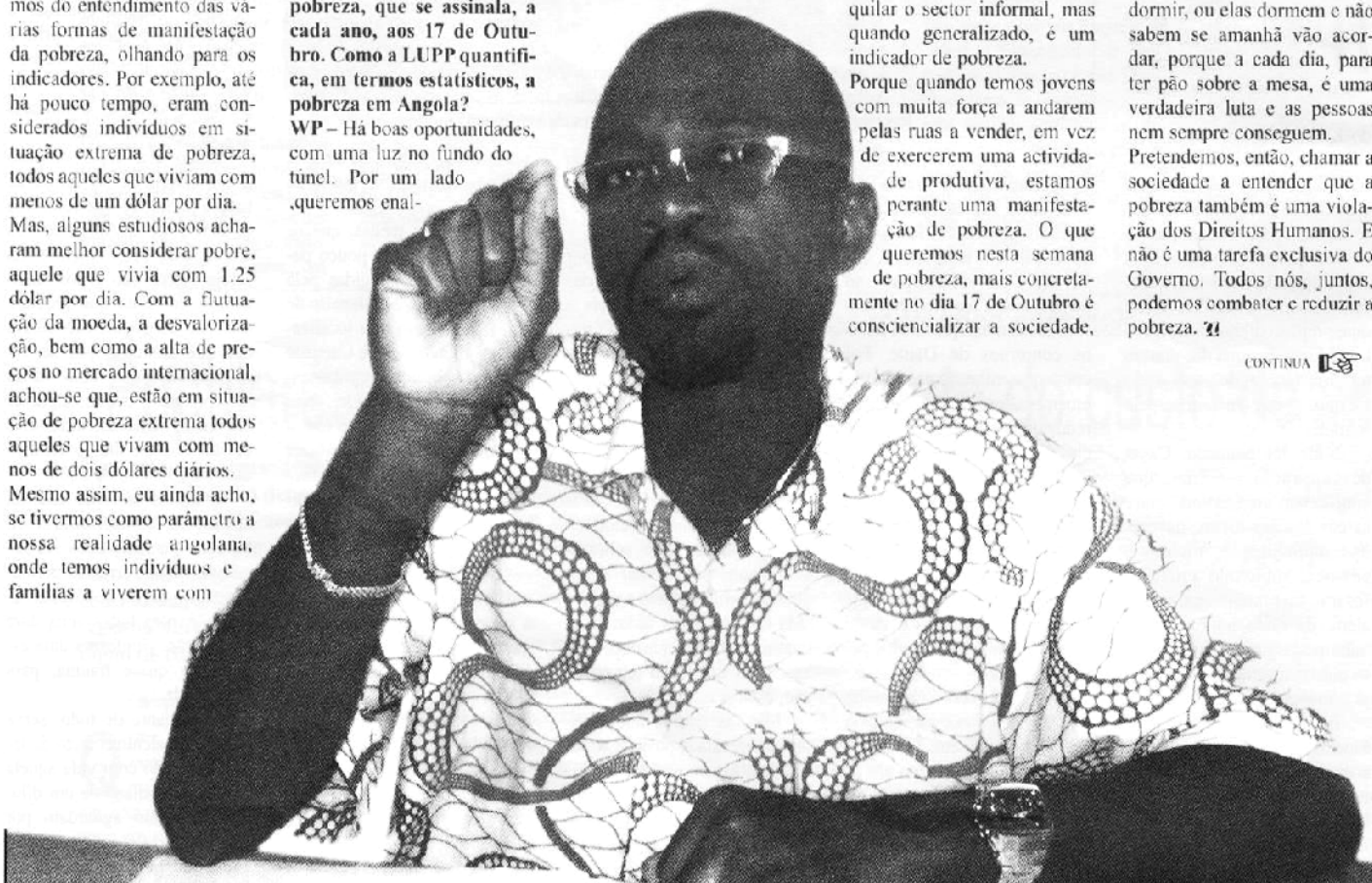
Porque quando temos jovens com muita força a andarem pelas ruas a vender, em vez de exercerem uma actividade produtiva, estamos perante uma manifestação de pobreza. O que queremos nesta semana de pobreza, mais concretamente no dia 17 de Outubro é consciencializar a sociedade,

para nos solidarizarmos com aqueles que, de facto, lutam todos os dias pela sua sobrevivência.

A pobreza extrema tem uma particularidade. Podemos dizer que também somos pobres. Mas, na pobreza extrema, as pessoas acordam e não têm certeza de que voltarão a dormir, ou elas dormem e não sabem se amanhã vão acordar, porque a cada dia, para ter pão sobre a mesa, é uma verdadeira luta e as pessoas nem sempre conseguem.

Pretendemos, então, chamar a sociedade a entender que a pobreza também é uma violação dos Direitos Humanos. E não é uma tarefa exclusiva do Governo. Todos nós, juntos, podemos combater e reduzir a pobreza. **21**

CONTINUA 



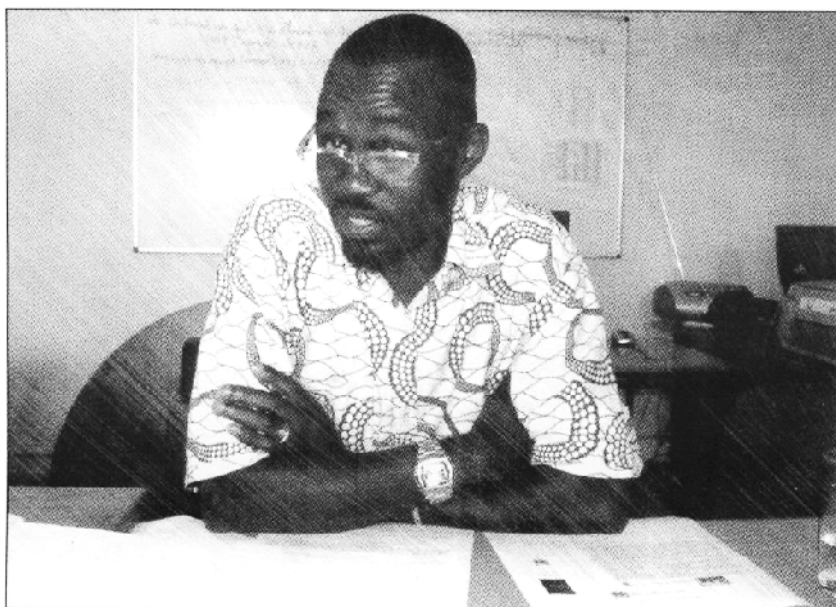
«Não é só com o salário que se deve garantir a distribuição da riqueza»

A Capital – Com base no vosso trabalho pode dizer-se que houve alguns progressos, na erradicação da pobreza em Angola?

WP – Apesar dos avanços que estamos a registar neste momento, tanto no crescimento macro-económico, como no grande investimento do Estado no sector social, achamos que os níveis da pobreza são ainda preocupantes. Vejo que Angola tem uma grande oportunidade de fazer diferente, daquilo que os outros países viveram em situações idênticas às nossas.

Falando no saneamento básico, mesmo numa cidade urbanizada como Luanda, ainda há muita gente que não usa latrina. Não porque não querem, mas por falta de meios para construí-las. Isto é devido à pobreza que as pessoas vivem. A falta de saneamento básico é uma manifestação de pobreza, tal como o acesso deficitário à educação. Não digo que nada esteja a ser feito, porém, continuamos a um nível muito baixo.

Se andarmos pelos bairros, encontraremos crianças, muitas delas sem idade escolar, sujeitas



à uma vida difícil. As mães vão aos mercados ou à «zunga», e elas ficam na rua a brincar, muitas vezes, em charcos, não raras vezes controladas por outras crianças. O facto de elas não terem acesso a uma creche ou a um Programa Infantil Comunitário (PIC), também é uma forma de manifestação de po-

breza. E ao falarmos da pobreza, estamos referindo-nos também às consequências sociais que dela advêm. Por exemplo, a delinquência que vivemos em algumas comunidades, é também derivada da pobreza. Há um novo fenómeno que é a prostituição. Portanto, a situação no

nosso país, ainda é preocupante. Muitas pessoas usam inclusive o sexo como meio, para adquirir os tais bens e serviços de que precisam para a sua sobrevivência.

A Capital – Acredita que por detrás dos altos níveis de pobreza, estejam também factores como a má distribuição da

riqueza nacional?

WP – Esses são os tais factores subjacentes. Ao olhar para a realidade que estamos numa sociedade desigual, onde alguns possuem de forma excessiva e os outros, que fazem parte da mesma terra, quase que não têm nada. Mas, independentemente disso, se olharmos para os próprios investimentos e programas do Governo dos últimos seis anos, vamos encontrar um problema que são as políticas.

Quando falamos da distribuição da riqueza, são as políticas. Não é só com o salário que se deve garantir a distribuição. Comparativamente com os outros países, o angolano acaba por ter mais dinheiro no bolso, do que muitos dos nossos vizinhos, até mesmo que alguns países da Ásia.

O grande problema que temos é a falta de oferta de bens e serviços e também a especulação que há. As vezes, dá-se a entender que a mão reguladora não tem sido, suficientemente, dura para garantir, de facto, que o poder aquisitivo das famílias se faça sentir com aquilo que elas ganham. ¶

«Pretendemos que cada projecto seja verdadeiramente uma escola»

A Capital – Identificados que estão os problemas, o que de concreto a LUPP tem nos seus programas com vista à redução da pobreza?

WP – Defendemos o pensamento segundo o qual, ninguém conhece a sua situação, senão quem a vive na primeira pessoa. Acreditamos que ninguém está em melhores condições de nos falar do nosso problema e nos propor uma solução, do que o próprio pobre. O que nós fazemos é construir sobre a capacidade das pessoas (pobres), aquilo que elas conseguem fazer.

Não temos aquela perspectiva paternalista: dizer que temos a solução para o problema e dizer o que se deve fazer. Pelo contrário: encorajamos as pessoas a

irem buscar aquela força interior que, muitas vezes, a têm, mas não sabem, devido às privações que vivem. Por causa de sucessivos insucessos, algumas pessoas passaram a ter traumas psicológicos, dos quais pensam que já não sairão jamais. Pensam que não é possível mudarem de vida, que foram destinadas a viver naquele estágio. Assim, nós encorajamos essas pessoas, através dos projectos que desenhamos com incidência em chafarizes, pontos de água, escolas, centros médicos, moagens comunitárias, projectos concretos, baseados nas necessidades prioritárias dessas comunidades.

Mas, cada um desses projectos é usado como meio e não como um fim. O grande objectivo é



que os beneficiários se sintam investidos de poder, aprendam que afinal têm meios e força para mudar a sua situação. No programa de luta contra a pobreza entendemos que, muitas vezes, os programas macro, aqueles que designamos de grandes programas, têm o defeito de as pessoas não aprenderem com eles. Na maioria das vezes são projectos implementados por especialistas que os desenham no escritório. Vão para o terreno, realizam o projecto, e os favorecidos só assistem. São chamados só no fim para beneficiarem.

Resultados: acabam por não possuir qualquer conhecimento, pois não participaram, nem na concepção, nem na implemen-

tação ou monitoria. Logo, consideram-no um projecto do Governo ou da organização «Y». Não se apropriam, e daí não tomam conta do projecto, como devia ser. Por isso é que vemos muitos projectos bonitos desenhados pelo Governo, com boa intenção, que visam a redução da pobreza nas comunidades, outros implementados por outras ONG internacionais, contudo, acabam sem impacto.

Alguns deles até, suscitam questões sobre como gastaram assim tanto dinheiro? O que é que aconteceu? É por causa deste detalhe mínimo. As pessoas não se apropriaram do projecto. Pretendemos que cada projecto implementado seja, verdadeiramente, uma escola. ¶

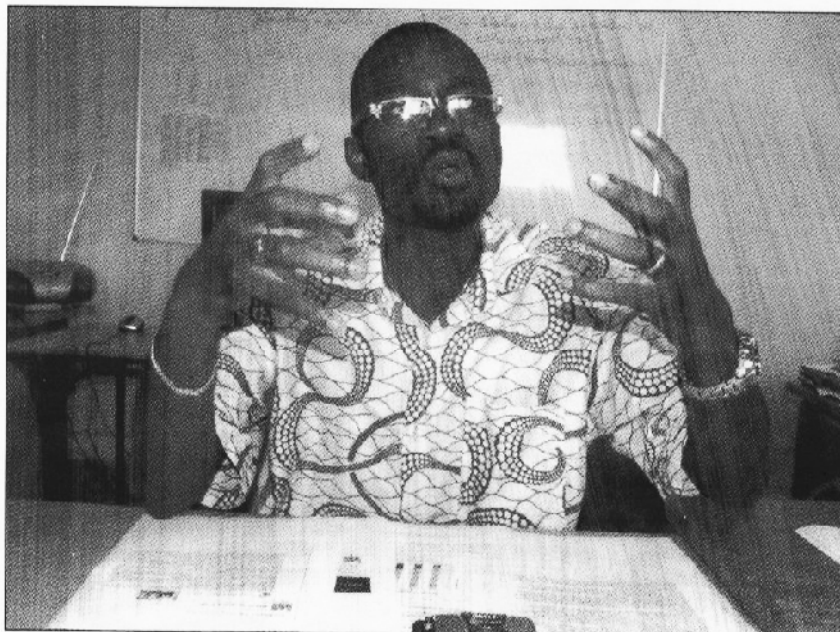
«O Governo deve criar políticas e dar oportunidade de participação»

A Capital – Luta contra a pobreza urbana. Será que é nos centros urbanos, onde mais se concentra a pobreza no país?

WP – Muitos perguntam o porquê do combate de luta contra a pobreza urbana. O conceito de muitos é que a pobreza é mais extrema nas zonas rurais que nas zonas urbanas. Não é verdade. As estatísticas mundiais dizem que até ao ano 2025 a maioria da população mundial estará a viver nos centros urbanos, numa percentagem de 99%. E esse crescimento começa a se acentuar nos países em desenvolvimento.

Para o nosso caso concreto, como é sabido, a concentração, de facto, nas zonas urbanas e peri-urbanas, neste momento, é maior do que nas zonas rurais. Luanda é um caso. Se formos a Benguela, Lobito, Lubango e restantes capitais provinciais, veremos que há sim uma grande concentração de populações. Algumas foram para lá, em busca de locais seguros devido à guerra, outras foram para lá, já em tempo de paz, à procura de emprego e melhores condições de vida.

Agora, a grande diferença entre as zonas rurais e as urbanas é que nestas últimas, as pessoas vivem muito congestionadas. São zonas de difícil acesso devido à forma como constroem as suas casas, saneamento básico deficitário. Enfim, as pessoas acabam por viver como se estivessem isoladas. Outro problema é que as próprias autoridades governamentais acabam por ter dificuldades de penetrarem nesses sítios, por causa da maneira como as casas são cons-



truídas. O carro de recolha de lixo não consegue chegar, portanto, o acesso é impossível. As pessoas acabam por viver num ciclo de pobreza, tornando-se esta, uma causa e uma consequência. Uma causa, porque se uma pessoa pobre fica doente, mesmo que consiga um emprego, não o manterá, pois o corpo está fraco. Quer dizer, a doença é causada pela pobreza, não tem meios para ir ao hospital fazer um tratamento adequado, e também pela mesma doença, não poderá manter o emprego.

Nisto, o VIH/Sida torna-se, também, uma causa e consequência da pobreza, porque o pai ou a mãe que deveriam assegurar o sustento dos filhos estão debilita-

dos pela doença e a família toda entra no ciclo da pobreza. Por isso, se não formos cautelosos na forma como lidamos com a pobreza, estaremos a contribuir para que ela se torne cíclica, no seio das famílias. O pai morre pobre, o filho continua pobre, os netos e trisnetos idem.

O combate à pobreza deve ser um lema, para cada um de nós, individualmente, ver como é que pode tomar parte dele. O Governo que é o grande «capitão» neste aspecto, deve criar políticas, dando oportunidade às pessoas de participarem. Não participar apenas com o voto, mas na tomada de decisões.

Alguns fóruns foram criados à luz do decreto 2/07, como os

Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS). Então, trabalhem como locais, onde se vão priorizar as necessidades locais, fazer com que as pessoas possam opinar, dizer quais são as preferências de desenvolvimento, para as suas áreas.

Por isso, é que temos uma grande luta nos centros urbanos. Garantir que o ordenamento dessas zonas seja efectivo e que se valorizem os Direitos Humanos. O programa de governo do MPLA diz que, nos próximos quatro anos, serão construídas um milhão de casas. Seja, 500 mil nas zonas urbanas e peri-urbanas e outras 500 mil nas zonas rurais. O que vai acontecer é que, ao se construírem 100 casas numa aldeia,

terá que se colocar lá alguns serviços, como água e energia. Logo, aquela aldeia que era rural, passa a ser uma vila.

Então, muitas dessas vilas transformar-se-ão em centros urbanos e, em Angola, nesta perspectiva, acho que o processo será um pouco mais acelerado. Entre 2015 e 2020 poderemos ter 90% da população a viver em zonas urbanas. Isso implicará a criação de condições, para que as pessoas que forem a residir lá, tenham alguma dignidade humana. Senão, a situação será catastrófica.

A Capital – Que repercussões para os camponeses?

WP – As consequências são óbvias. Mas, trata-se de um fenómeno não deliberado. Ninguém pode dizer que está a desenhar um programa e que será assim. É uma dinâmica do desenvolvimento humano mundial.

É um barco no qual, mesmo sem querer, a pessoa terá que embarcar. O camponês pode ser afectado, na medida em que é tradição de alguns povos, particularmente em Angola, as pessoas terem as suas lavras próximas de casa. Mas, se o encorajamento do Governo, que também é uma política das Nações Unidas, através da FAO, pretende a criação de uma agricultura mecanizada, para que os camponeses possam sair da agricultura rudimentar para uma mecanizada, não haverá problema. Seria uma situação conveniente. Que eles vivam nas zonas urbanas, onde há todos os serviços, sanitários, educacionais, os bancos. ¶

